

Contratante de serviços vai recolher diretamente o INSS

Ministro disse que, com a mudança, Previdência terá

R\$ 320 milhões de acréscimo na receita

BRASÍLIA — As empresas públicas ou privadas que contratam serviços de terceiros — limpeza, segurança e conservação — terão de recolher os 11% da contribuição previdenciária diretamente ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) a partir de 1.º de fevereiro. O ministro da Previdência Social, Waldeck Ornellas, disse ontem que foi constatada grande evasão da contribuição na mão-de-obra terceirizada e, por isso, o governo resolveu alterar a forma de recolhimento na reedição da MP 1663.

Com a mudança, previu o ministro, haverá um acréscimo de R\$ 320 milhões por ano na receita da Previdência. Ornellas disse que a medida faz parte

do esforço de arrecadação que o INSS está fazendo para evitar punir os contribuintes.

O ministro da Previdência informou também que os procuradores do INSS começarão nesta semana um mutirão em São Paulo, Minas Gerais e no Rio de Janeiro para cobrar na Justiça os débitos de grandes empresas, estimados em R\$ 2,8 bilhões.

Também haverá uma operação nacional com 800 fiscais visitando 3

mil empresas onde foram constatadas discrepâncias entre a parcela descontada do funcionário e o pagamento feito ao INSS. Segundo o ministro, 1,5 mil dessas empresas estão entre as 10 mil maiores contribuintes do País.

O grande ganho para a Nação, no entanto, na avaliação do ministro, virá da votação dos destaques da reforma da Previdência pela Câmara, possivelmente no dia 4 de novembro. “A reforma é essencial para o equilíbrio das contas públicas”, afirmou.

Segundo Ornellas, faltam a votação da regra de transição, que prevê a aposentadoria aos 48 anos para mulheres e 53 anos para os homens, a possibilidade de a União, Estados e

municípios criarem fundos de previdência complementar para os novos funcionários do serviço público e a inclusão da palavra “exclusivamente” no texto sobre a aposentadoria especial, para esclarecer que apenas os trabalhadores ex-

ESTADOS VÃO
COBRAR DÉBITOS
DE R\$ 2,8 BILHÕES
NA JUSTIÇA

postos a agentes nocivos terão direito ao benefício.

“Se a reforma da Previdência tivesse sido aprovada há três anos, teríamos hoje um grande reforço de receita, já que a estimativa é de um aumento de arrecadação de R\$ 1,7 bilhão só no INSS no primeiro ano e de R\$ 6,7 bilhões no terceiro ano”, disse. No quinto ano após a reforma, observou, o aumento de receita está estimado em R\$ 10,8 bilhões por ano. (M.H.)